



III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO CAMPUS CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE COM BASE NA ABNT NBR 9050

Gabriella Castro de Freitas (UFCG) -gabriellacastrofreitas@gmail.com

Matheus Oliveira Mendes da Silva (UFCG) -matheusoliveiramendes.s@gmail.com

Dicla Camilla Martiniano Franco (UFCG) -dicla.camilaa@gmail.com

Ivanildo Fernandes Araújo (UFCG) -ivanildo.fernandes@ufcg.edu.br

Resumo:

O artigo em questão diz respeito à análise da acessibilidade na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), referenciado nas condições previstas na norma ABNT NBR 9050/2004. Sendo assim, tem como foco a identificação de situações irregulares de determinados elementos infraestruturais do campus: escadas, corrimãos, rampas, calçadas, portas, banheiros, sanitários e estacionamentos. A metodologia da pesquisa empregada consistiu no estudo da norma em epígrafe, na coleta de dados in loco por meio de registros fotográficos e medições e na aplicação de um questionário virtual com a comunidade de usuários do campus, a fim de verificar se os objetos em análise são favoráveis ou não à acessibilidade e identificar o nível de percepção em relação a esses aspectos. De acordo com os dados coletados, constatou-se que há diversas irregularidades. Todos os objetos analisados apresentam pelo menos um tipo de inadequação à norma. Além disso, há uma notória insatisfação das pessoas entrevistadas em relação aos aspectos estudados. Por fim, depreende-se que nesse campus necessita-se de um maior investimento e atenção dos gestores institucionais quanto à infraestrutura nos aspectos da acessibilidade nos ambientes públicos, para melhorar as condições de usufruto e garantir segurança e satisfação de toda a sociedade acadêmica.

Palavras Chave:

Acessibilidade, NBR 9050/2004, Irregularidade na infraestrutura

1. Introdução





III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Milhões de brasileiros não saem de casa porque não podem se deslocar sem a ajuda de algum familiar ou amigo. De acordo com estimativas da ONU, para os países em estágio de desenvolvimento, como é o caso do Brasil com aproximadamente 202,7 milhões de habitantes (Dados do IBGE, censo 2014), 10% da população, ou seja, aproximadamente 20 milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência.

A carência de informação básica sobre a população com deficiência tem se constituído um obstáculo para o planejamento de ações voltadas para a sua inclusão social.

Em consequência disso, dificilmente se vê um deficiente físico em locais públicos. O que se pensa é que os deficientes são uma minoria tão insignificante que não se justifica tanto investimento em adaptações, equipamentos e acessos exclusivos. No entanto, é o oposto que ocorre, pois as pessoas com deficiência não frequentam locais públicos por falta de acesso na maioria dos locais.

A acessibilidade é, portanto, condição de extrema importância e indispensável a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, informacional e comunicacional, dentre outras.

Levando essa questão para a área da educação, fica ainda mais claro que sem instalações adequadas não pode haver trabalho educativo. A estrutura física é preliminar para qualquer programa educacional, tornando-se imprescindível para a realização de um plano de ensino propriamente dito. Vale ressaltar que, estudos realizados comprovam que alunos matriculados em Universidades com infraestruturas bem projetadas têm, em média, rendimento significativamente melhor que seus colegas matriculados em universidades de carente arquitetura. De fato a infraestrutura do local pode ajudar muito, até mesmo para o indivíduo se sentir aceito e a vontade no ambiente.

Diante dessa problemática observada, esta pesquisa tem por finalidade realizar um diagnóstico dos aspectos de acessibilidade encontrados no campus central da Universidade Federal de Campina Grande, a fim de delinear um comparativo com a NBR 9050, com intuito de identificar irregularidades de cunho ergonômico em escadas, calçadas, rampas, sanitários, portas e estacionamento, tendo em vista que outros aspectos da acessibilidade não foram encontrados na instituição.

Foi aplicado um questionário para analisar a percepção dos alunos e professores da instituição quanto os aspectos de acessibilidade. Sendo respondido por 81 usuários do espaço físico do





III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Campus Central da Universidade Federal de Campina Grande, no qual 71% usufruem há pelo menos três anos e passam entre seis e dez horas diárias na instituição. Diante disso, é notória a necessidade do mínimo de acessibilidade para proporcionar conforto, segurança e satisfação aos usuários durante todo esse tempo.

2. Metodologia

Considerando como base a definição apresentada por Gonsalves (2003) que qualifica a pesquisa sob quatro aspectos, pode-se dizer quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva; quanto aos procedimentos de coleta e fonte de informação é bibliográfica e parte de campo; quanto à natureza dos dados é quali-quantitativa. De maneira mais simplificada, usando a tipologia definida por Moraes e Valente (2008) pode-se classificar esta pesquisa como um estudo de caso.

Para tanto foi realizado um estudo bibliográfico sobre a temática, em artigos publicados em revista e anais de eventos, e ainda, em livros temáticos de revisão da Norma NBR 9050. Como instrumento para coleta de dados, foi feita a coleta *in loco* no campus central da UFCG, através de três instrumentos: registro fotográfico para análise das situações inadequadas; medição dos elementos arquitetônicos; levantamento das percepções dos sujeitos envolvidos, através da aplicação de um questionário com perguntas previamente direcionadas, atendendo os aspectos da legislação em vigor e sendo disponibilizado no site da instituição para livre acesso de alunos e professores. Este foi disponibilizado no período de três semanas, entre os meses de janeiro e fevereiro do ano corrente.

O questionário abordou aspectos da Norma, relacionados a barreiras arquitetônicas, para ser avaliado segundo uma escala de valoração, cuja ponderação foi definida em cinco níveis, que varia de muito ruim a muito bom. Foram coletados 81 questionários, os quais foram contabilizados em planilhas, utilizando o software Excel. Além disso, também foram construídos gráficos para representação dos dados.

Na análise dos dados foram comparados os itens da Norma com a realidade encontrada no ambiente da instituição e confrontados com o nível de percepção dos usuários, coletados nos questionários.

3. Fundamentação Teórica

3.1. Breve histórico da acessibilidade

De acordo com Sassaki (2009), a acessibilidade começa a ser questionada na década de 1950 com denúncias de profissionais de reabilitação sobre a existência de barreiras físicas que



impediam a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida. Já nos anos de 1960 as universidades americanas começam a derrubar suas barreiras arquitetônicas e na década de 1970 surge o primeiro Centro de Vida Independente (CVI) do mundo na Califórnia, EUA, e posteriormente a criação de centenas desses centros que impulsionaram o exercício da independência e da autonomia. Ainda conforme Sassaki, na década de 1980, principalmente em 1981, ocorreu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, que alertava através de campanhas mundiais a necessidade da eliminação das barreiras arquitetônicas existentes e em projetos futuros, por meio do desenho acessível. Por fim, nos anos 90 nasce o conceito de desenho universal, no qual tudo deve ser projetado para todos, e também a ampliação do conceito de acessibilidade para outras dimensões ambientais. No século 21, iniciou-se uma grande luta pela incorporação efetiva do direito de todos de ir e vir.

3.2. Conceito de acessibilidade

A ABNT NBR 9050/2004 conceitua acessibilidade como a condição da utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e meios de comunicação por todas as pessoas, inclusive pessoas portadoras de deficiências físicas ou com mobilidade reduzida.

No Brasil, o conceito de acessibilidade é intrinsecamente ligado aos direitos das pessoas com alguma deficiência. Por estes enfrentarem dificuldades específicas, limites para realização de algumas atividades, restrição em sua vida social e econômica. Isso em virtude de apresentarem alguma anomalia, perda de alguma função do corpo ou de funções psicológicas (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008).

Para Machado (2007), a acessibilidade arquitetônica é um direito assegurado por lei; essencialmente relevante para que pessoas com deficiência possam acessar todos os espaços da instituição de ensino e participar de todas as atividades colegiais com segurança, conforto e autonomia, de acordo com suas limitações.

Por isso, a acessibilidade consiste em qualidade; em um meio facilitador das atividades humanas. Caso a acessibilidade seja projetada de acordo com as normas regulamentadoras, trará diversos benefícios para aqueles que a usufruem, sejam eles portadores ou não de alguma deficiência (SASSAKI, 2009).

3.3. ABNT NBR 9050/2004



III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Proveniente do Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) e das Leis 10.048 (BRASIL, 2000) e 10.098 (BRASIL, 2000) – que priorizam pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a ABNT NBR 9050/2004 é a norma a qual regulamenta a acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos a serem seguidos quanto ao projeto, construção, instalação, e adaptação (SONZA, 2013).

De acordo com ABNT a NBR 9050/2004, a acessibilidade em suas especificidades tem como objetivo proporcionar a utilização de forma autônoma e segura de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos ao maior número de pessoas, independentemente de idade, sexo, estatura ou limitação física. E, para que determinado elemento seja considerado acessível, ele deve estar de acordo com todos os itens da norma, apesar de a mesma não ser de caráter obrigatório.

A NBR 9050/2004 em seu conteúdo aborda os parâmetros antropométricos, comunicação e sinalização, acessos e circulações, sanitários e vestuários, equipamentos urbanos e mobiliário.

4. Resultados

4.1. Localização e informações da Universidade

O Campus Central da Universidade Federal de Campina Grande está localizado na zona oeste da cidade, possuindo uma área de 308.688,11m². Atualmente, de acordo com a Pró-reitora de Ensino da UFCG, o número total de alunos matriculados na instituição é 6 379 e o de professores é 835, os quais estão distribuídos nos três turnos de trabalho.

4.2. Análise da Pesquisa Online

A partir dos dados coletados nos questionários sobre o nível de satisfação com os aspectos da acessibilidade na UFCG, 91% dos entrevistados afirmam estar entre regular e muito ruim, denotando como é perceptível a ausência de adequação do campus à acessibilidade. Entretanto, 9% declararam nível bom, valor que se justifica pelo baixo nível de conhecimento das normas vigentes no país ou pelo baixo nível de exigência pessoal dessa minoria de entrevistados.

4.3. Escadas e Corrimão

A ABNT NBR 9050, aconselha que, se possível, sejam utilizadas rampas ao invés de escadas; mas se não houver outro meio, estas deverão ser pintadas com cores berrantes nas bordas de cada degrau.



No entanto, no levantamento realizado no campus foi encontrado com frequência pisos irregulares e espelhos disformes, dimensionamento que não atende ao especificado na norma, falta de piso tátil de alerta e ainda buracos e rachaduras nos pisos. A maioria das escadas não possui corrimão. Aquelas, nas quais foram encontradas apresentaram irregularidades no dimensionamento e muitas delas estão necessitando de manutenção ou substituição.

Para melhor percepção do levantamento realizado, agrupamos em tabelas as observações e comparativos com a norma. Na Tabela 1 são apresentados os dados coletados relativos às escadas e as não conformidades com a NBR 9050/2004.

Tabela 1: Descrição comparativa das variáveis analisadas para escadas do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR 9050

Variáveis Analisadas	Valores (%)	
	Atende	Não atende
Largura mínima de 1,20m	98,2	1,8
Pisos dos degraus da escada entre 0,28m e 0,32m	26,4	73,6
Espelhos dos degraus da escada entre 0,16m e 0,18m	39,7	60,3
Presença de Corrimão nas laterais da escada	50,9	49,1
Pisos com material antiderrapante no início e fim das escadas	16,6	83,4
Sinalização com cor contrastante com o piso	0	100

Fonte: Autoria própria

As escadas analisadas apresentaram, pelo menos, um tipo de inadequação à NBR 9050, dificultando a movimentação de portadores de deficiências físicas, pessoas com mobilidade reduzida e de outros usuários, podendo causar acidentes aos que circulam por essas áreas. Nenhuma dessas escadas está de acordo com as normas de acessibilidade.

Do total de entrevistados, mais de 80% consideram o nível de acessibilidade nas escadas de regular a muito ruim. Isso demonstra uma precariedade estrutural na instituição que pode ser percebida visivelmente por seus usuários.

4.4. Rampas e Corrimão



III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Conforme a NBR 9050 o dimensionamento da largura das rampas depende do fluxo de pessoas, mas o mínimo admissível é 1,20m. A presença de corrimão é obrigatória.

O uso de rampas é uma boa opção por facilitar a locomoção de deficientes físicos, idosos, entre outros. Entretanto, a quantidade de rampas encontradas no Campus Central é extremamente pequena em relação ao número de escadas, tendo em vista que do total de 114 edificações, aproximadamente 100 apresentam mais de um pavimento, dos quais somente três prédios com vários pavimentos possuem elevador que dão acesso aos pavimentos superiores.

As rampas analisadas apresentaram algumas inadequações quanto aos requisitos da norma como, largura mínima inferior ao valor admissível, ausência de corrimão, inclinação altíssima, pisos danificados, ausência de piso tátil de alerta e falta de sinalização, por exemplo.

A rampa que dá acesso aos prédios da área C do campus, situada ao lado da Biblioteca Central tem largura de 2,25m, entretanto o fluxo de pessoas nos horários de início e fim de aulas é muito grande, o que necessitaria de uma largura de, pelo menos, o dobro da atual para facilitar a locomoção dos usuários.

A maioria das rampas não tem dimensão suficiente para um cadeirante realizar uma manobra segura e sua inclinação impossibilita subir sem necessitar da ajuda de outra pessoa. Pouquíssimas rampas apresentam piso tátil de alerta.

Tabela 2: Descrição comparativa das variáveis analisadas para rampas do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR 9050



Variáveis Analisadas	Valores (%)	
	Atende	Não atende
Largura mínima de 1,20m	78,6	21,4
Piso Antiderrapante	77,4	22,6
Corrimão em ambos os lados da rampa	78,7	21,3
Presença de parede ou guarda corpo em ambas laterais	74,6	25,4
Corrimãos laterais com prolongamento mínimo de 0,30m antes do início e após o fim da rampa	23,5	76,5
Coberturas nas rampas	0	100,0

Fonte: Autoria própria

A maioria das rampas analisadas não apresentam corrimãos laterais com prolongamento mínimo de 0,30m antes do início e após o fim da rampa, o que ocasiona dificuldades de locomoção para deficientes visuais. E, ainda, nenhuma rampa tem cobertura, o que prejudica a circulação em dias chuvosos ou em dias muito ensolarados.

A quantidade de rampas é pouca, visto que a necessidade delas foi percebida depois da cobrança de acessibilidade nos ambientes públicos. No entanto, apesar disso, as rampas foram construídas com o formato bem diferente do proposto na norma. Assim, todas as rampas analisadas apresentam aspectos de inadequação com os padrões da norma.

De acordo com 40% dos entrevistados, as rampas de acesso estão em situação ruim ou muito ruim. Isso ocorreu pela ausência de conformidade das estruturas físicas com a mobilidade para todos, como também, pela situação crítica que se encontra a instituição em relação as rampas acessíveis.

4.5. Calçadas

As calçadas podem ser divididas em três diferentes áreas: faixas de acesso (corresponde a área em frente ao imóvel ou terreno), faixas livres (corresponde à área de passeio) e faixas de serviços (corresponde à área de equipamentos públicos).

A NBR 9050 estabelece que o piso em circulação externa deva ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em objetos com rodas. Também não deve haver desníveis de nenhuma natureza nas faixas livres e serem completamente obstruídas e isentas de interferências.

No entanto, a maioria das calçadas que compõem as rotas acessíveis tem pisos altamente desnivelados, com buracos e rachaduras, que causam muita trepidação em dispositivos com rodas e insegurança no passo. Essas calçadas deveriam estar em constante manutenção. Além disso, é frequente a presença de materiais de construção que obstruem a passagem dos pedestres.

Algumas calçadas do campus são rebaixadas e têm largura mínima admissível para circulação de uma pessoa em pé e outra em cadeira de rodas, mas situam-se em locais de alto fluxo de pessoas, o que prejudica a locomoção por seus dimensionamentos.

Todas as calçadas analisadas apresentam algum tipo de desconformidade com a NBR-9050, sendo a maioria por não atenderem aos padrões estabelecidos para pisos de circulação externa.

Tabela 3: Descrição comparativa das variáveis analisadas nas calçadas do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR 9050

Variáveis Analisadas na NBR9050	Valores (%)	
	Atende	Não atende
Largura mínima de 1,20m	87,6	12,4
Revestimento de piso antiderrapante	88,5	11,5
Superfície regular, firme, estável	11,7	88,3
Obstáculos suspensos sinalizados com piso tátil de alerta	9,7	90,3
Sinalização tátil de alerta com largura entre 0,25m e 0,60m e à uma distância da borda de no mínimo 0,30m	7,5	92,5
Rebaixamento da calçada com largura mínima de 1,20	34,1	65,9

Fonte: Autoria própria



III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Quase metade, 48% dos entrevistados, afirmou que as calçadas estão entre ruins e muito ruins, assegurando, assim, o que a tabela 3 demonstra a situação atual em que se encontram os acessos com calçadas dentro do campus.

4.6. Sanitários

O sanitário é o lugar que recebe o público mais geral e, por isso, deve atender a todas as especificações de acessibilidade para garantir a utilização por todos.

De acordo com a norma em estudo, os sanitários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, preferencialmente o mais próximo das demais instalações sanitárias, e serem devidamente sinalizados. Os sanitários de uso público devem ter no mínimo 5% do total das peças instaladas acessível. Caso haja divisão de sexo, o valor continua sendo considerado separadamente.

O que se percebe nos banheiros do campus é a ausência de sinalização, falta de manutenção de todos os utensílios sanitários, dimensionamento mínimo na porta principal com 0,80m e nos boxes, falta de barras de apoio, inexistência de pisos derrapantes e ambientes constantemente úmidos por falta de limpeza e manutenção. Foram encontrados alguns banheiros cujos boxes atendem as dimensões da norma, porém a porta principal tem largura inferior à mínima admissível, dificultando o acesso de deficientes físicos e cadeirantes.

Os prédios mais novos possuem sanitários acessíveis, pelo menos com o mínimo exigido, mas eles são muito poucos comparados à quantidade total de prédios, sendo, assim, necessária a adequação dos sanitários mais antigos para atender aos padrões da norma.

Tabela 4: Descrição comparativa das variáveis analisadas nos sanitários do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR 9050





III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

Variáveis Analisadas	Valores (%)	
	Atende	Não atende
O banheiro está localizado em rota acessível	98,7	1,3
O banheiro está sinalizado corretamente	40,0	60,0
Pelo menos 5% do total de cada peça sendo acessível	21,6	78,4
Presença de barras de apoio	9,1	90,9
Boxe do sanitário, barras de apoio, acionamento de descarga e altura da bacia com dimensões corretas	5,0	95,0

Fonte: Autoria própria

De acordo com os entrevistados, 68% afirmam que dos sanitários não oferecem o mínimo de acessibilidade. Isso acontece pelo fato dos sanitários não apresentarem situações mínimas de adaptabilidade em sua infraestrutura, conforto e limpeza. Foram encontrados sanitários impossibilitados de serem utilizados por estarem com sua estrutura física em péssimo estado, com vários objetos quebrados e muito sujos.

4.7. Portas

Conforme estabelece a NBR 9050, as portas devem ter um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima 2,10m. Elas precisam ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.

No entanto, observou-se que a maioria das portas analisadas tem um vão livre de, no mínimo, 0,80m e altura mínima de 2,10m. Apesar disso, menos da metade das portas possuem maçanetas e as que possuem estão com maçanetas do tipo alavanca, diferente do previsto na norma.

A maioria das portas da UFCG abre para dentro, o que não é aconselhável por medidas de segurança. Os prédios mais antigos apresentam portas em estado de degradação: com ausência de maçaneta, presença de depredações e falta de manutenção. Ao contrário dos prédios novos que atendem aos parâmetros da norma.



Tabela 5: Descrição comparativa das variáveis analisadas nas portas do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR9050

Variáveis Analisadas	Valores (%)	
	Atende	Não atende
Largura mínima de 0,80m	93,9	6,1
Altura mínima de 2,10m	100,0	0,0
Maçanetas do tipo alavanca	42,4	57,6
Altura das maçanetas entre 0,90m e 1,10m	72,8	27,2

Fonte: Autoria própria

A partir da tabela anterior é possível perceber que algumas portas não atendem aos padrões mínimos da norma sobre largura, altura e tipo das maçanetas. As portas dos novos prédios do campus atendem totalmente aos critérios da NBR 9050 quanto ao dimensionamento e ao tipo de maçaneta. Os novos projetos arquitetônicos da instituição estão coerentes com a norma.

4.8. Estacionamento

Nos estacionamentos devem ser previstas vagas para deficientes físicos ou visuais e idosos. O número dessas varia de acordo com o número total de vagas. Como todos os estacionamentos da universidade possuem, separadamente, mais de onze vagas, então é obrigatória a existência de, pelo menos, uma vaga acessível.

No entanto, esses estacionamentos não possuem piso adequado, sinalização e espaço suficiente. E ainda não contêm o número mínimo de vagas acessíveis estabelecidas pela norma. Por isso, não atende aos requisitos da NBR 9050.

A situação da acessibilidade nos estacionamentos do campus central será apresentada na tabela 6. Apenas 3% do total de vagas nos estacionamentos da instituição são exclusivos para deficientes, o que é uma lastimável para uma instituição grande representatividade acadêmica em âmbito regional e nacional. Além disso, o acesso às poucas vagas acessíveis é dificultado por diversos obstáculos presentes nas rotas de circulação do campus.

Tabela 6 - Descrição comparativa das variáveis analisadas nos estacionamentos do Campus Central da UFCG segundo os padrões da NBR9050

Variáveis Analisadas	Valores (%)	
	Atende	Não atende
Ter sinalização horizontal e largura mínima de 2,50m	3,5	96,5
Contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20m de largura	2,0	98,0
Ter sinalização vertical	40,3	59,7
Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, estar associadas à rampa de acesso à calçada	3,2	96,8
Estar vinculadas à rota acessível que as interligue aos pólos de atração	25,2	74,8

Fonte: Autoria própria

Do total de vagas nos estacionamentos da UFCG, a maioria não atende aos requisitos mínimos de acessibilidade. Somente 25% do total está vinculada a rotas acessíveis de circulação de pessoas. Vale salientar também que os únicos estacionamentos que possuem vagas para deficientes estão situados em frente a uma agência bancária e em frente a dois setores de cursos, o que demonstra uma escassez de vagas especiais para deficientes físicos na maioria dos estacionamentos da instituição.

Quase a totalidade dos entrevistados na pesquisa confirma que as vagas de estacionamento estão entre regular e muito ruim. Isso pode ser claramente justificado pelo baixo número de vagas acessíveis dentro do campus e pelas insatisfatórias condições de estrutura física que os estacionamentos apresentam.

5. Considerações Finais

A partir dos resultados obtidos através do diagnóstico de acessibilidade feito no Campus Central da UFCG, depreende-se que ao comparar aos parâmetros dispostos pela NBR 9050/2004, a maioria dos elementos analisados não atendeu satisfatoriamente aos padrões de acessibilidade propostos pela norma, pelo menos no que se refere à estrutura arquitetônica dos espaços



III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

avaliados.

Vale ressaltar que o campus tem por volta de 60 anos e que no seu projeto inicial não foi levado em consideração aspectos de acessibilidade, visto que naquela época não existia a NBR 9050, fato que justifica parcialmente a ausência de estruturas físicas acessíveis na maioria das áreas da instituição. O mais preocupante que se pode perceber nas entrevistas, é a afirmativa de que essas inadequações continuam pelo descaso dos gestores no que tange a falta de empenho, a falta de projetos efetivamente dentro das normas e a falta de acompanhamento dos projetos nas obras já realizadas e que torna um descaso com o dinheiro público.

No entanto, à medida que são reformados ou construídos novos prédios, escadas, rampas, calçadas, entre outros elementos de utilização pública na UFCG, já é nítida a preocupação por parte da comunidade com a acessibilidade, apesar de que alguns deles também não atendem os parâmetros na norma vigente.

Como sugestão desse trabalho pode-se apresentar a necessidade de um programa de acessibilidade para o campus, no qual se possam desenvolver-se projetos, mecanismos de acompanhamento na execução e efetivo compromisso dos gestores com a temática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. **Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais**. Rev Rene Fortaleza 2008; 9(2):129- 137. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/572/pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2704>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012, 104p.





III Simpósio de Engenharia de Produção

GESTÃO DE INFORMAÇÕES COMO APORTE DE COMPETITIVIDADE PARA ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS

MACHADO, Rosângela. Acessibilidade arquitetônica. In: SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília/ MEC/SEESP, 2007, cap. VII, p. 105. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?**. São Paulo: Paulus, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.10-16. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

SONZA, Andréa Poletto (org.)... [et al.]. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs**. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2013, p. 165.

